

ESTUDO DE CASO SOBRE A SÍNDROME DE DOWN: REFLEXÕES DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Brenda Lobo de Barros Góes; Keilla Rebecka Simões de Oliveira; Juliana Ferreira Gomes da Silva.

(Universidade Federal de Pernambuco. brendalobo95@gmail.com; keilla.rso@gmail.com; julianafgs@yahoo.com.br)

Resumo: O debate em torno de uma educação inclusiva tem sido cada vez mais frequente nos dias atuais, o que tem destacado sua importância nas práticas escolares. Para sua incorporação nos sistemas educacionais é necessário entender o significado do paradigma da inclusão social, pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana. Entendendo a importância desse debate na esfera escolar, o presente estudo teve como objetivo analisar as possíveis dificuldades enfrentadas por uma criança com Síndrome de Down matriculada no Ensino Fundamental de uma escola regular, bem como propor contribuições para o desenvolvimento de práticas inclusivas nesse espaço. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a psicóloga e a pedagoga que trabalham com a criança na escola. Desse modo, observou-se que são necessárias modificações em práticas metodológicas e instrumentais, visando eliminar as barreiras existentes nessas dimensões. Além do mais, vale ressaltar a importância de se relacionar os conteúdos abordados em sala de aula e o que é utilizado no Plano Educacional Individualizado (PEI) elaborado para a aluna. As profissionais também destacaram a necessidade do esclarecimento para a família da criança das características comuns a Síndrome de Down e as ações necessárias que podem ser tomadas visando o desenvolvimento da criança nas mais diversas áreas, assim como a parceria que precisa existir entre a família e a escola. Assim, esse estudo visa construir um quadro de contribuições através do olhar da Psicologia e da Educação Inclusiva.

Palavras-chaves: Síndrome de Down, Educação Inclusiva, Educação Básica, Psicologia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo conhecer as possíveis dificuldades enfrentadas por uma criança com Síndrome de Down no contexto escolar, e propor contribuições visando sua inclusão neste espaço, levando em consideração o paradigma da Educação Inclusiva.

Acerca da Síndrome de Down em 1866 John Langdon Down apresentou-a e reconheceu-a, a partir de seus estudos sobre genética. A causa desta síndrome não é conhecida na íntegra, mesmo existindo um alto índice de investigações a seu respeito. Contudo, sabe-se que ela resulta de uma alteração genética decorrente de um cromossomo extra no par 21; sendo assim, a célula passa de 46 a 47 cromossomos. Esse desequilíbrio genético resulta em crescimento e desenvolvimento incompleto, todavia, isso não se caracteriza enquanto uma anormalidade (DUARTE; COSTA; GORLA, 2017).

Geralmente, a identificação do indivíduo com esta síndrome é feita na ocasião do nascimento, devido à presença de características físicas que podem ser verificadas pelo médico. Outra forma de identificação se dá por meio de testes pré-natais. Apesar destas

questões, é importante ressaltar que, assim como ocorre com todas as crianças, os sujeitos com essa síndrome possuem características de seus pais, uma vez que herdam os genes destes e, assim, apresentam características diferentes entre si, por exemplo, cor do cabelo e olhos, estrutura corporal, padrões de desenvolvimento, dentre outras (SILVIA; KLEINHANS, 2006).

Atualmente, a Síndrome de Down representa uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual, correspondendo a aproximadamente 18% das pessoas em instituições especializadas, e abrangendo cerca de 300 mil pessoas no Brasil. Isto representa uma relação equivalente a 1 indivíduo com essa síndrome para 800-1.000 nascidos vivos, segundo o IBGE (2010). Por isso, destaca-se a importância de se buscar ferramentas para uma melhor vivência dessas pessoas na sociedade (IBGE, 2010).

Levando em consideração essa questão, observa-se a importância de pessoas com Síndrome de Down serem adequadamente inseridas nos espaços sociais, enquanto sujeitos de direito, tendo suas necessidades especiais atendidas e suas potencialidades desenvolvidas. Um fator que pode interferir nesse processo de inclusão é a forma como essas pessoas são entendidas pelos demais. Segundo Pacheco e Alves (2007), existe um percurso histórico acerca de como a pessoa com deficiência foi entendida pela sociedade. Esta compreensão passou por quatro momentos históricos, que podem ser representados por paradigmas, indo da marginalização à inclusão social, quais sejam: marginalização, assistencialismo, integração e inclusão.

O primeiro correspondeu à total exclusão da pessoa com deficiência na sociedade, inclusive, em algumas culturas antigas era recorrente realizar o assassinato dos mesmos. Já o assistencialismo, trouxe a ideia de que a pessoa que outrora fora posta de lado também é portadora de uma alma, necessitando de certos cuidados. Porém, estes ainda não garantiram a integração do deficiente na sociedade de forma geral. Enquanto isso, a integração social, segundo Pacheco e Alves (2007), está baseada no esquema médico da deficiência, no qual é percebido enquanto um problema da pessoa, sendo o deficiente quem precisa ser tratado e reabilitado para se adequar à sociedade como ela é. Ou seja, a sociedade não se adequa ao deficiente, não existe uma troca entre o sujeito e o ambiente no qual o mesmo se encontra. Um exemplo disso seria matricular um aluno surdo na escola e esta não ter professores e/ou intérpretes que saibam Libras. E por fim, o paradigma da inclusão social, que segundo Pacheco e Alves (2007) é o processo no qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas com deficiência em seus sistemas; concomitantemente, estas pessoas preparam-se para assumir seus papéis na sociedade. É importante ressaltar que embora os paradigmas estejam

relacionados a momentos históricos, expressando uma sequência cronológica de surgimento, ainda hoje é possível observar práticas que convergem com paradigmas passados. Por exemplo, algumas instituições se declaram como inclusivas, mas, na realidade, têm prática convergente com o paradigma da integração. Isso ocorre porque continuam pensando dentro de um modelo médico, no qual a questão da inclusão e acessibilidade é individualizada, não sendo assumida como um objetivo coletivo, como responsabilidade do todo. Esse tipo de pensamento é expresso em falas que colocam na pessoa com deficiência a responsabilidade por se adequar ao sistema, sem que haja no sistema uma preocupação e até mesmo ação para que a inclusão ocorra.

Portanto, o que se observa atualmente é que a inclusão em *stricto sensu* não é usualmente perceptível de modo geral, devido às modificações necessárias que muitas vezes não são realizadas nos espaços sociais para que a pessoa com deficiência seja adequadamente incluída, seja na estrutura dos ambientes, no espaço arquitetônico, no processo de interação social, entre outros. Ao contrário disso, a pessoa deve fazer parte daquele local no qual ocupa, e não apenas estar ali. Desse modo, vale salientar que todos esses paradigmas ainda coexistem na atualidade (PACHECO; ALVES, 2007).

Com relação ao processo de inclusão das pessoas com Síndrome de Down, de acordo com Figueredo (2009), produzir um ambiente de inclusão para estas crianças, assim como, outras deficiências intelectuais, não é fácil, devido à existência social de estereótipos, cuja influência repercute negativamente e diretamente na execução dos direitos humanos. A criança com essa síndrome aprende em um ritmo diferente e possui necessidades de adaptações metodológicas de acordo com suas especificidades. Contudo, isso não quer dizer que as crianças não irão desenvolver aspectos cognitivos e motores. A escola deve atuar como um ambiente estimulador, independentemente da criança possuir ou não alguma especificidade, de modo que elas possam ser estimuladas não apenas nos aspectos cognitivos, como também, nas questões motoras e sócio-afetivas.

Nos últimos anos, é possível observar avanços com relação a garantia de direitos às pessoas com deficiência, como é o caso da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que estabelece em seu segundo artigo:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

Portanto, é previsto tratamento igualitário para as pessoas que compõem a sociedade, “com direito à igualdade de oportunidades” e “proteção de toda forma de negligência, discriminação, crueldade e tratamento desumano” (BRASIL, 2015, p. 3). Sobre a caracterização da pessoa com deficiência, a Lei incide sobre o procedimento para diagnóstico: “quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar” (BRASIL, 2015, p. 1). Em âmbito universal, a Conferência Mundial de Educação Especial (Declaração de Salamanca) em 1994, retrata o compromisso das Nações em promover uma “educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar a educação para as crianças, os jovens e os adultos com necessidades educacionais especiais” (UNESCO, 1994, p. 1).

Na perspectiva de promover condições que possibilitem a inclusão, Sassaki (2009), aponta seis dimensões que viabilizam a acessibilidade nos mais variados contextos, por conta disso, são vitais para o processo de inclusão e o bem-estar da pessoa com deficiência, são elas: arquitetônica (visa a eliminação de barreiras de natureza física), comunicacional (pretende banir barreiras de comunicação entre as pessoas), metodológica (propõe eliminar barreiras metodológicas e técnicas em diferentes espaços), instrumental (procura retirar entraves em instrumentos, utensílios, ferramentas), programática (intenciona modificar barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas) e atitudinal (objetiva eliminar preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações no comportamento da sociedade para com pessoas que possuem alguma deficiência).

Tendo em vista os aspectos pontuados e as dimensões da acessibilidade, pode-se pensar em questões que visem contribuir para o processo de inclusão escolar da pessoa com Síndrome de Down, levando em consideração as dificuldades que podem ser enfrentadas neste contexto.

MÉTODO

O presente trabalho foi construído mediante um estudo de caso, que teve como foco uma criança com síndrome de Down, estudante do quinto ano do Ensino Fundamental de uma escola particular da cidade de Recife. O estudo de caso permite investigar de maneira mais intensa um único caso e, com isto, produzir conhecimentos que possam ser generalizados para casos semelhantes. Este trabalho objetivou conhecer as possíveis dificuldades enfrentadas pela criança no contexto escolar e, a partir da articulação com referencial teórico de interface

entre a psicologia e a educação inclusiva, propor contribuições objetivando sua inclusão neste contexto.

Para tal, foi realizada uma entrevista semiestruturada, com a psicóloga escolar e a pedagoga do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola. Esta entrevista teve como objetivo recolher dados do âmbito pessoal, social e escolar da criança, de modo a obter uma perspectiva panorâmica do quadro em questão.

Também foi desenvolvido um levantamento bibliográfico a respeito dessa síndrome, visando propor ferramentas e/ou estratégias de ação que podem ser desenvolvidas de forma a potencializar o aprendizado e o desenvolvimento dessa criança. Como dito anteriormente, as discussões aqui apresentadas possuem o olhar da Psicologia e da Educação Inclusiva.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A aluna, denominada aqui de Ana, tem onze anos e está cursando o quinto ano do Ensino Fundamental. Ela começou a estudar na atual escola em 2011, quando fazia parte do Grupo 1 - equivalente a Educação Infantil.

É importante salientar que por parte de mãe, Ana é filha única; porém, por parte de pai, ela possui um irmão, e todos moram juntos atualmente. Acerca do diagnóstico da síndrome, a família percebeu sua condição no momento do nascimento, o que poderia implicar em complicações no tratamento de cardiopatias congênitas, por exemplo. Embora ela não tenha tido graves complicações médicas, a sua família sempre buscou estimulá-la ao máximo. Segundo Voivodic e Storer (2002) algumas famílias, na expectativa de desenvolver e estimular a criança, podem criar um excesso de atividades que acabam por dificultar seu pleno desenvolvimento. O limite entre a boa estimulação e o excesso é tênue, de modo que é necessário estar atento à criança, ao modo como ela responde as atividades, a sua motivação para participar e também os seus sentimentos. O bem estar e a autonomia da criança devem ser sempre priorizados.

Acerca dessas atividades, Ana possui acompanhamento de profissionais da área de terapia ocupacional e fonoaudiologia desde os primeiros meses de vida. Depois de um tempo, serviços de Psicologia e Psicopedagogia também foram adicionados. Na impressão da psicóloga da escola, essa criança parece ser sobrecarregada de atividades, tendo o seu tempo livre quase totalmente ocupado por intervenções com profissionais. Ao fazer as primeiras escutas com a genitora de Ana, a psicóloga observava na mãe uma extrema necessidade de favorecer o desenvolvimento da criança, tendo em vista que todas as atividades e brincadeiras

propostas por ela tinham um cunho de intencionalidade, comumente visando explorar algum desenvolvimento em sua filha.

Nessa direção, Voivodic e Storer (2002) colocam que a família que segue desnordeada com a presença da Síndrome de Down encontra alívio, muitas vezes, nas intensas e recorrentes atividades de estimulação, e acaba fazendo as mesmas preencherem o local destinado ao relacionamento afetivo e a disponibilidade dos familiares de perceber e interagir com a criança. A psicóloga da escola acredita que esses atos e a ausência de outros possam ter produzido na criança um sentimento de angústia muito forte. É importante destacar que esses fatores podem dificultar o desenvolvimento de Ana.

Ainda com relação ao comportamento familiar, as profissionais relataram que a mãe sempre foi bastante rígida com a criança, enquanto que o pai agia de forma mais permissiva. Por exemplo, algumas vezes a mãe não permitia que Ana realizasse alguma ação e ele não reforçava esse comportamento, deixando a criança fazer o que a mesma desejasse; logo, essa ambivalência poderia resultar em uma dicotomia de como ela poderia comportar-se e/ou expressar-se. Apesar dessas questões, Ana consegue se expressar, falando aquilo que não deseja fazer ou receber; embora, ainda não possua uma linguagem oral bem desenvolvida.

Uma estratégia para intervir nesta situação seria os próprios familiares realizarem um acompanhamento psicológico de forma que possam construir uma maior compreensão sobre a Síndrome de Down e suas implicações, além de poderem trabalhar as demandas e mudanças que surgem no cenário da família que possui um parente com esta síndrome (VOIVODIC; STORER, 2002).

Acerca desse fator, a psicóloga da escola relatou a importância de estreitar os laços entre a família e a equipe escolar, tendo como objetivo estarem juntos durante todo o processo de aprendizagem, levando em consideração as questões de perfil sócio afetivas. Afinal, mesmo que a Síndrome de Down advenha de fatores genéticos e possua repercussões no desenvolvimento cognitivo, os fatores ambientais também precisam ser considerados dentro desse quadro, tendo em vista que possuem uma importância fundamental no desenvolvimento dessas crianças (NASCIMENTO; ORTH, 2018).

Com relação aos fatores biológicos, Luria e Tskvetkova (1964), concluíram que devido a certas disfunções nesta área, o desenvolvimento cognitivo de pessoas com Síndrome de Down é prejudicado, resultando em uma diminuição nas habilidades de análise, síntese e discurso. Outros mecanismos afetados seriam a memória, atenção, capacidade de correlação e análise, e nível de abstração. Fatos que podemos correlacionar com o quadro de Ana, que está no quinto ano, mas possui comportamentos predominantemente característicos da educação

infantil, pois ela não tem interesse nos assuntos ministrados dentro da sala de aula, e sua atenção é focada principalmente em jogos e brincadeiras. Por exemplo, na hora do recreio, ela costuma se juntar com crianças mais novas para brincar. Este comportamento difere da preferência dos colegas de sala da mesma, isto é, sentar em algum local e ficar conversando. Outro aspecto diferenciador entre ela e seus companheiros de turma é a ausência da aprendizagem da escrita e da leitura por parte dela. Acerca da escrita, um fator que dificulta seu desenvolvimento é o fato de que sua motricidade fina ser muito prejudicada, e o movimento de segurar o lápis e escrever é falho e difícil.

Vale salientar que de acordo com Vygostky (2011), em casos de desenvolvimento atípico há uma leve divergência entre o desenvolvimento cultural e o natural, a qual, não se restringe apenas a pessoas com deficiência, contudo se expõe com maior nitidez às mesmas. Isso ocorre justamente por haver uma discrepância entre as formas culturais de comportamento, destinadas à organização psicofisiológica ideal da pessoa, e a prática da criança com determinada deficiência. Entretanto, as formas culturais de comportamento são o caminho primordial para a educação destas crianças. E elas consistem na criação de caminhos indiretos de desenvolvimento. Logo, é de suma importância perceber e facilitar a construção destes caminhos alternativos.

No caso de Ana, existe uma dificuldade para realizar, principalmente, os movimentos necessários para a escrita; contudo, de acordo com a pedagoga do AEE, Ana fica bastante motivada e entretida nas atividades em que se utilizam *tablets*. Dessa forma, o *tablet* poderia ser usado, em alguns momentos, como uma ferramenta alternativa ao lápis, com intuito de motivar sua participação e desenvolver sua habilidade de linguagem escrita. Além do mais, é importante rememorar o argumento de Lúria e Tskvetkova (1964) sobre as crianças com Síndrome de Down possuírem uma dificuldade de percepção e distinção auditiva, o que pode levá-las a não entenderem o que é explicado de modo oral e preferirem uma ação manipulativa segundo os seus interesses. Isto reflete uma dificuldade na permanência da atenção durante o tempo necessário, demonstrando limitações em manter uma informação sequenciada. Outros fatores influenciadores dos processos de atenção e de memória são o cansaço orgânico e as dificuldades de comunicação sináptica cerebral, que impedem a chegada de informação, o que pode ser interpretado como falta ou perda de atenção.

Em outras palavras, deve-se perceber que este comportamento de desatenção pode ser decorrente de fatores orgânicos que estão atingindo a esfera social, e por isso, devem ser desenvolvidos na tentativa de uma estimulação pessoal. Nesse caso, ao perceber que a criança tem uma preferência por manusear *tablets*, é bom incentivar o uso do mesmo de maneira

saudável. Inclusive, existem alguns aplicativos criados para pessoas com Síndrome de Down, os quais podem oferecer: estímulos visuais e de audição, nomeações e cores; impulsionando a criatividade e imaginação. Outras sugestões de atividades adaptadas seriam: estudo de matemática através de jogos como a amarelinha, estudo da geografia através de uma caça ao tesouro, peças teatrais utilizando-se de conteúdos de história, uso de maquetes e animações, dentre tantas outras possibilidades que quebram o ensino tradicional e bancário. Este último foi definido por Paulo Freire (1996) como o processo cujo educando é submetido ao educador, visto que esse lhe transfere o conhecimento; porém, nesse percurso a criatividade do educando é comprometida e o autoritarismo do educador acaba por tomar grande proporção, a forma de ensino resulta em um depósito de conhecimentos, e não em uma construção de ambas as partes, as quais se encontram implicadas no real processo de educar. Utilizar estas alternativas como forma de facilitar o desenvolvimento de Ana seria um modo de romper com essas práticas citadas, e desconstruir barreiras metodológicas e instrumentais (SASSAKI, 2009).

Além disso, como as pessoas com Síndrome de Down geralmente tem mais facilidade de aprender ao utilizar dados visuais, outra forma de romper com essas barreiras seria atrelar imagens aos assuntos abordados e estimular a capacidade cognitiva e abstrata através dessas atividades lúdicas. Também é válido ressaltar que Ana, atualmente, é acompanhada por uma estagiária de pedagogia. Essa profissional é orientada pela professora antes de exercer suas funções juntamente com a criança. Além disso, o currículo pedagógico adotado para Ana segue a proposta de um Plano Educacional Individualizado (PEI) tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado. O ideal é que haja sempre um vínculo entre o que é focado em sala para a turma e o que é adotado para Ana no PEI. Uma questão que demonstra a importância disto é o fato de que Ana se encontra bem distante do resto do grupo em relação ao desenvolvimento cognitivo. Apesar da Síndrome de Down geralmente interferir no desenvolvimento cognitivo, não significa que suas funções cognitivas não possam ser desenvolvidas ao receber os estímulos adequados. Uma sugestão para intervir nessa questão seria a professora de AEE realizar no contraturno algumas atividades com objetivo de promover o desenvolvimento da aluna e, assim, gerar condições para que esta tenha maior autonomia no dia a dia da sala de aula regular.

De acordo com material disponibilizado na página virtual do Ministério da Educação (MEC), os desafios e demandas que venham a surgir no ensino regular e especial necessitam de professores e alunos que se proponham a provocar novos marcos teórico-metodológicos e apresentar soluções para velhos problemas educacionais. As inovações de propostas de

inclusão escolar e a interpretação da educação especial são vitais nesse contexto e entendidas como Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ana usufrui desse atendimento uma vez na semana, na sala de recursos destinada a essa finalidade. A pedagoga, que acompanha Ana, reforça a importância da existência desse momento já que nele há um trabalho mais individualizado. É importante ressaltar, que o AEE em questão, tem uma proposta de trazer atividades, jogos, bola de Pilates, almofadas, materiais concretos, dentre outros, para desenvolvimento dos alunos. Além disso, o planejamento desse atendimento é sempre estabelecido juntamente com o professor de sala, de modo que essa troca seja bem argumentada e devidamente estabelecida. A pedagoga do AEE informa que existem os horários fixos do atendimento, mas isso não impede flexibilidade de horário, o qual é construído de acordo com as demandas dos alunos. Desse modo, esse espaço é de extrema importância para crianças que possuem necessidades educativas especiais, pois pode-se focar as questões que não são trabalhadas na sala de aula tradicional, e de uma forma mais estratégica e cativante, tornando aquele local desejado pela criança.

Um ponto que também poderia ser pensado para trabalhar a questão da inclusão na escola seria a construção de dinâmicas inclusivas. Embora o que tenha sido relatado pelas profissionais sobre o caso de Ana não demonstre a existência de dificuldade de aceitação da turma com relação a ela, seria interessante abordar as características da síndrome de Down em sua turma/escola, de modo que os alunos entendam melhor seu comportamento, saibam como se relacionar com ela e a incluam nas brincadeiras e conversas. Além do mais, nesse momento, seria interessante que fossem destacadas as diferenças de todos os indivíduos, ou seja, apresentar as diversidades da nossa população e como isso é algo enriquecedor, de modo que as crianças pudessem entender que todos temos diferenças – esse comportamento abarca um dos preceitos de Sasaki (2009), aqui, anteriormente, trabalhado: a dimensão atitudinal; a qual visa eliminar os preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência (SASSAKI, 2009).

Apresentar essa questão da diversidade dentro da capacidade de entendimento das crianças envolvidas é de grande importância, seja por meio de aulas temáticas ou dinâmicas. Um exemplo dessa sugestão seria o desenvolvimento de uma semana voltada aos temas que abordem inclusão, que podem ir além das deficiências, enfocando todas as diferenças que podem ser observadas na população de modo geral, podendo servir como exemplo as demandas presentes no ambiente escolar, que ministradas através de atividades físicas, feiras, ilustrações, entre outros, poderiam ser de grande valia para a construção de uma geração mais inclusiva na prática. Em outras palavras, tal proposta visa permitir o desenvolvimento de um

local onde a inclusão parte do entendimento teórico e prático, com suas devidas adaptações às faixas etárias e qualquer outra restrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso aqui apresentado enfoca, principalmente, a questão da inclusão escolar e social de pessoas com síndrome de Down. O paradigma da inclusão está conectado com diversas dimensões da sociedade e atualmente está sendo posto em prática gradativamente, com avanços já perceptíveis. Todos os campos cuja inclusão pode ocorrer são de extrema importância. Com relação ao âmbito educacional, a adoção de práticas inclusivas pode se solidificar e construir a base da sociedade de forma mais igualitária e fomentada por respeito e compreensão.

Como visto, principalmente, para pessoas com Síndrome de Down, algumas ações ajudariam amplamente a combater a exclusão que pode ocorrer nesse contexto, por exemplo: a existência e bom uso de um Plano de Ensino Individual, o trabalho de conscientização e conhecimento acerca da Síndrome com uma rede de apoio (família, escola, psicólogo), a realização de adaptações nas brincadeiras desenvolvidas, a garantia de que as seis dimensões da acessibilidade (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e programática) sejam contempladas e tantas outras ações que podem e devem ser realizadas visando a construção de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina A. M.; ROPOLI, Edilene A.; MANTOAN, Maria T. E.; FIGUEIREDO, Rita V. **Atendimento Educacional Especializado**: Orientações gerais e educação a distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_ead.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

BISSOTO, M. L. O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**; v. 4, n. 2, mar. 2005. Disponível em: <http://www.cienciacognição.org>. Acesso em: 28 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 17 jun. 2018.

DUARTE, E.; COSTA, L.; GORLA, J. **Síndrome de Down: conceitos, características e perfil epidemiológico**, p. 10- 25, 2017.

FERREIRA, M. **Educação Inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo 1 do ensino fundamental**, 2009.

FLÓREZ, B. J.; TRONCOSO, V. M. (Eds.). **Síndrome de Down y educación**. 3. reimp. Barcelona: Masson – Salvat Medicina y Santander, 1997

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PACHECO, Kátia M. D.; ALVES, Vera L. R. Tendências e Reflexões. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatr.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009.

SILVA, M.; KLEINHANS, A. Processo cognitivo e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Revista brasileira de Educação Inclusiva**, v.12, n.1, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382006000100009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 28/05/2018.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A.; STORER, Márcia Regina S. O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v. 4, n.2, 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 ago. 2018.

VYGOTSKY, Lev S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012>. Acesso em: 18 jun. 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.